

DIÁRIO OFICIAL

MUNICÍPIO DE VENTANIA – ESTADO DO PARANÁ

CRIADO PELA LEI MUNICIPAL Nº 793/2019

ANO III

VENTANIA, 20 DE JULHO DE 2022

EDIÇÃO Nº 533



PUBLICAÇÃO ATOS OFICIAIS



DIÁRIO OFICIAL

Atos do Município de Ventania

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 42/2022

O Município de Ventania, Estado do Paraná, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará no **dia dois de agosto de 2022 às 09 horas**, licitação na modalidade Pregão Eletrônico do tipo menor preço por lote, cujo objeto é a aquisição de embalagens destinados a atender a Secretaria de Ação Social, conforme discriminados no Termo de Referência - ANEXO I do Edital. O valor máximo global aceito pela Administração para a aquisição é de R\$ 9.986,65 (nove mil novecentos e oitenta e seis reais e sessenta e cinco centavos). As despesas decorrentes da aquisição correrão a conta de recursos próprios, consignados no orçamento geral do município. Acolhimento das propostas a partir das 08 horas do dia 21/07/2022. Data limite para acolhimento de proposta: até às 08 horas do dia 02/08/2022. Data início da fase de lances: 02/08/2022 às 09 horas. Cópia do edital e seus anexos poderá ser baixada no site www.bll.org.br, no qual será realizado a sessão do Pregão. Informações pelo telefone (42) 3274-1144 das 08h30min às 11hs e 13hs30min às 17hs.

Edifício da Prefeitura Municipal de Ventania, Estado do Paraná, em 20 de julho de 2022.

JOSÉ LUIZ BITTENCOURT
Prefeito Municipal

LEI Nº 884, DE 20 DE JULHO DE 2022

SÚMULA: Institui o Programa de Demissão Voluntária - PDV dos Servidores Públicos Municipais de Ventania e dá outras providências.

Faço saber que a Câmara Municipal de Ventania, Estado do Paraná, **aprovou**, e eu, **Prefeito Municipal**, nos termos preconizados na Lei Orgânica do Município sanciono a seguinte:

L E I:

Art. 1º - Fica instituído no âmbito Administrativo Municipal o Programa de Demissão Voluntária de Servidores (PDV), destinada a atender situações especiais e dar oportunidades àqueles não vocacionados para o Serviço Público, de buscarem outra atividade de subsistência.

Parágrafo único - Ficam excluídos do Programa de Demissão Voluntária:

I - Os ocupantes de cargos de confiança ou comissionados e os servidores contratados por tempo determinado.

II - Os servidores admitidos que estiverem em estágio probatório.

III - Os servidores que estejam respondendo processo administrativo disciplinar ou que estejam cumprindo penalidade decorrente de procedimento administrativo disciplinar.

IV - Os servidores que tenham sido condenados por decisão transitada em julgado que importe na perda do cargo público que ocupam;

Art. 2º - Poderá requerer inscrição ao referido Programa o servidor que preencher os seguintes requisitos:

I - Ser efetivo ou estável há mais de 05 (cinco) anos no Serviço Público Municipal.

II - Obter parecer favorável da Secretaria Municipal onde estiver lotado, quanto à conveniência do desligamento.

III - Não estar respondendo processo administrativo disciplinar ou que estejam cumprindo penalidade decorrente de procedimento administrativo disciplinar.

IV - Não tenha sido condenado por decisão transitada em julgado que importe na perda do cargo público que ocupam.

Parágrafo primeiro - O requerimento citado no caput deste artigo será formulado por escrito, em modelo padronizado, onde o servidor declara sua opção, em caráter irrevogável, de se desligar do serviço público Municipal.

Parágrafo segundo - O pedido de demissão, nos termos desta Lei, só será acordado se a saída do servidor não representar grave comprometimento ao serviço público, podendo ser negado pelo Chefe do Executivo Municipal.

Art. 3º - A título de incentivo ao pedido de desligamento voluntário, ao servidor será paga uma indenização correspondente a 01 (um) mês de remuneração para cada ano de efetivo exercício na Administração Pública Municipal nas condições dos parágrafos 1º a 4º deste artigo.

Parágrafo primeiro - A indenização a que se refere o caput deste Artigo será paga na seguinte proporção:

I - Para os servidores que tiverem entre 5 (cinco) e 10 (dez) anos de efetivo exercício no emprego, indenização correspondente a 01 (um) mês de salário-base atual multiplicado por ano trabalhado.

II - Para os servidores que tiverem mais de 10 (anos) de efetivo exercício no emprego, indenização correspondente a 01 (um) mês de salário-base atual multiplicado por ano trabalhado até o limite de 10 (anos); a partir do 11º (décimo primeiro) ano, indenização correspondente a meio salário-base atual multiplicado por ano trabalhado.

III - Nenhuma indenização poderá ser superior ao valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), mesmo que o cálculo apresente valor que ultrapasse este limite legal, devendo o servidor requerente declarar que concorda com o valor máximo da indenização.

IV - O valor da indenização será pago de forma parcelada em até 06 (seis) parcelas, sendo a primeira paga no prazo de 30 (trinta) dias após o deferimento do pedido de demissão.

Parágrafo segundo - Para fins do disposto neste artigo será computado o tempo de Serviço Público ininterrupto prestado ao Município de Ventania.

Parágrafo terceiro - A remuneração a que se refere o caput deste Artigo será a do emprego permanente, salário base, para o qual o servidor tiver sido admitido originariamente.

I - Especificamente para a função de professor que sejam concursados em 02 (dois) períodos será obrigatoriamente desligado dos dois períodos não podendo ser parcial de apenas um turno e a indenização máxima será a mesma prevista no item II do parágrafo primeiro não gerando direito a duas indenizações.

Parágrafo quarto - Ao servidor que aderir ao Programa de Demissão Voluntária além da indenização serão pagos:

a) Saldo de salários;

b) 13º Salário Proporcional;

c) Férias Vencidas e Proporcionais;

d) Adicional de Férias 1/3.

e) Liberação do FGTS.

Art. 4º - O Programa de Demissão Voluntária terá como data de inscrição o período compreendido entre 1º (primeiro) de agosto a 31 de janeiro de 2023, e de execução imediata.

Art. 5º - O deferimento do pedido ficará, ainda, na dependência da disponibilidade de recursos do Município, podendo o pagamento da indenização ser parcelado, com plena aquiescência do servidor, o que constará no respectivo termo de demissão voluntária.

Parágrafo primeiro - O Chefe do Poder Executivo poderá indeferir o pedido de adesão ao Programa Voluntário de Demissão - PDV, quando reconhecer expressamente que o servidor ou empregado exerce cargo ou função de caráter estratégico, emergencial ou de urgência, que seja ocupante de cargo ou função em situação que não pode sofrer solução de continuidade nos chamados serviços ou atividades essenciais ou que não seja conveniente a administração municipal.

Art. 6º - Será considerado vago o emprego decorrente da demissão voluntária do servidor.

Art. 7º - A recontração do servidor que aderir ao Programa de Demissão Voluntária fica vedada por 10 (dez) anos, mesmo que aprovado em concurso público ou teste seletivo.

Art. 8º - A rescisão de contrato de trabalho por acordo nos termos de programa permitirá ao empregado o saque do saldo do Fundo de Garantia Por Tempo de Serviço - FGTS - existente na data de seu desligamento na conta vinculada do servidor.



DIÁRIO OFICIAL

Atos do Município de Ventania

Art. 9º - As despesas decorrentes desta Lei correrão à conta de dotações orçamentárias próprias do orçamento vigente, suplementadas se necessário.

Art. 10 - O Programa de Demissão Voluntária - PDV terá validade por 180 (cento e oitenta), dias a contar da publicação da presente lei, podendo ser prorrogado por igual período por ato do Prefeito Municipal.

Art. 11 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ventania, Estado do Paraná, em 20 de julho de 2022.

JOSE LUIZ BITENCOURT

Prefeito Municipal

LEI Nº 885, DE 20 DE JULHO DE 2022

Súmula: Autoriza o Executivo Municipal a efetuar a abertura de Crédito Adicional Suplementar no Orçamento do Município, para o exercício de 2022.

Faço saber que a Câmara Municipal de Ventania, Estado do Paraná, **aprovou**, e eu, **Prefeito Municipal**, nos termos preconizados na Lei Orgânica do Município sanciono a seguinte:

LEI:

Art. 1º - Fica o Executivo Municipal autorizado a abrir no Orçamento do Município, para o exercício de 2022, um Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 1.902.824,00 (um milhão novecentos e dois mil oitocentos e vinte e quatro reais), mediante as seguintes providências:

1 - Inclusão de rubricas de despesa nas dotações orçamentárias:

09	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	
09.001	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
10.301.0009.2024	MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
1935	378 – Emendas individuais impositivas	500.000,00

09	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	
09.001	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
10.301.0009.2024	MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
3.3.90.39.00.00	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	
2075	378 – Emendas individuais impositivas	1.202.824,00

09	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	
09.001	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
10.301.0009.2024	MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
4.4.90.52.00.00	Equipamentos e Material Permanente	
2165	500 – Investimentos na Rede de Serviços Públicos de Saúde	200.000,00

Art. 2º - Para cobertura do Crédito Adicional Suplementar referido no artigo anterior, serão utilizados recursos de acordo com Art. 43, § 1º, inciso I (Superávit financeiro), Inciso II (Excesso de arrecadação) e inciso III (cancelamento parcial de dotações) de acordo com a Lei Federal nº 4.320/64 de 17/03/1964.

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua Publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE VENTANIA, Estado do Paraná, em 20 de julho de 2022.

JOSE LUIZ BITTENCOURT

Prefeito Municipal

TERMO DE ADJUDICAÇÃO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 37/2022

O Pregoeiro da Prefeitura Municipal de Ventania, Estado do Paraná, torna público para conhecimento de todos os interessados no processo de licitação nº 180/2022, licitação na modalidade Pregão Presencial nº 37/2022, cujo objeto é a realização de Registro de Preços para futuras e eventuais contratação de segurança para futuros eventos realizados no Município de Ventania, conforme discriminados no edital e seus anexos, que **adjudica** a proponente classificada em primeira colocação, declarada vencedora do lote licitado, conforme o quadro abaixo:

Proponente	Valor Ofertado R\$	Classificação
J. H. EMPRESA DE VIGILÂNCIA - EIRELI – ME	135.980,00	1ª Colocada
TERCERIZA SEGURANÇA LTDA	135.991,00	2ª Colocada

Edifício da Prefeitura Municipal de Ventania, Estado do Paraná, em 20 de julho de 2022.

Edson Soares da Silva

Pregoeiro